



REVISTA

# A VOZ DO CIDADÃO

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/MG





## EXPEDIENTE

**Publicação do Mandato Participativo**

**Deputado Estadual Marquinho Lemos - PT/MG**

**Jornalista responsável:** Gabriela Fagundes J.P 13.953/MG

**Edição e textos:** Gabriela Fagundes

**Pesquisa:** Gabriela Fagundes, Sayhonara Araújo e Humberto Lopes.

**Dados:** Consultoria da Comissão de Participação Popular/ALMG e Portal da Transparência/Governo de Minas.

**Capa:** Tiago Bicalho

**Projeto gráfico e diagramação:** @TiagoBicalhoMG

**Rua Rodrigues Caldas, 79, 22º andar, Santo Agostinho**

**Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-120**

**WhatsApp: 31 9979-8441**



REVISTA

# A VOZ VEZ DO CIDADÃO

BALANÇO DA DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG FEV/2021- FEV/2025  
COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/MG



# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1

AVANÇOS DA PARTICIPAÇÃO  
POPULAR NA REVISÃO DO PPAG

6



## CAPÍTULO 2

A POPULAÇÃO TEM VOZ E VEZ

9



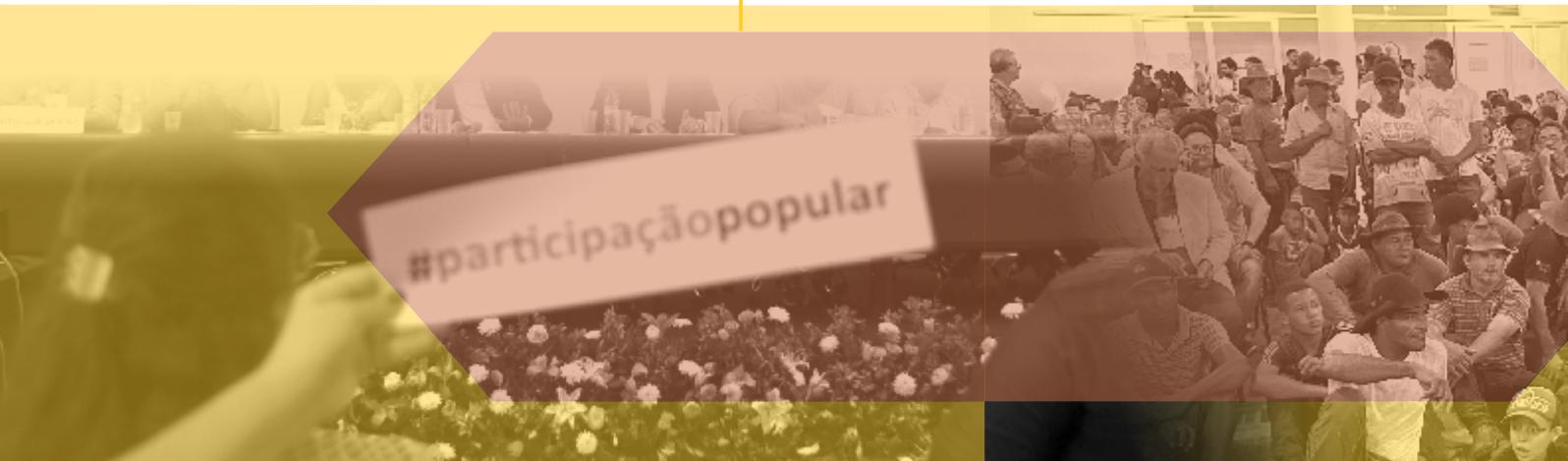
## CAPÍTULO 3

O PASSO A PASSO DO PPAG

14



#participaçãopopular



## CAPÍTULO 4

### DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ÀS AÇÕES CONCRETAS



## ARTIGO 1

### OS DESDOBRAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CPP – ALMG: APRENDIZADO INSTITUCIONAL-POLÍTICO E A CONSTITUIÇÃO DE SABERES



## ARTIGO 2

### REPRESENTAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA VISÃO POPULAR



# EDITORIAL

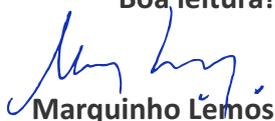
Em 2021, tive a honra de assumir a presidência da Comissão de Participação Popular (CPP) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), sendo reeleito para um novo mandato de dois anos em 2023. A CPP desempenha um papel fundamental ao garantir a participação direta dos cidadãos nos trabalhos legislativos, atuando também como ponte entre as entidades da sociedade civil e a ALMG.

Desde que assumi a presidência, dediquei-me a assegurar que a população mineira, de todas as regiões do estado, tivesse voz e vez na Comissão e na Assembleia, que é, antes de tudo, a casa do povo. Com esse compromisso, realizamos diversas audiências públicas, levando os debates para mais perto da população e ouvindo de forma direta os seus anseios.

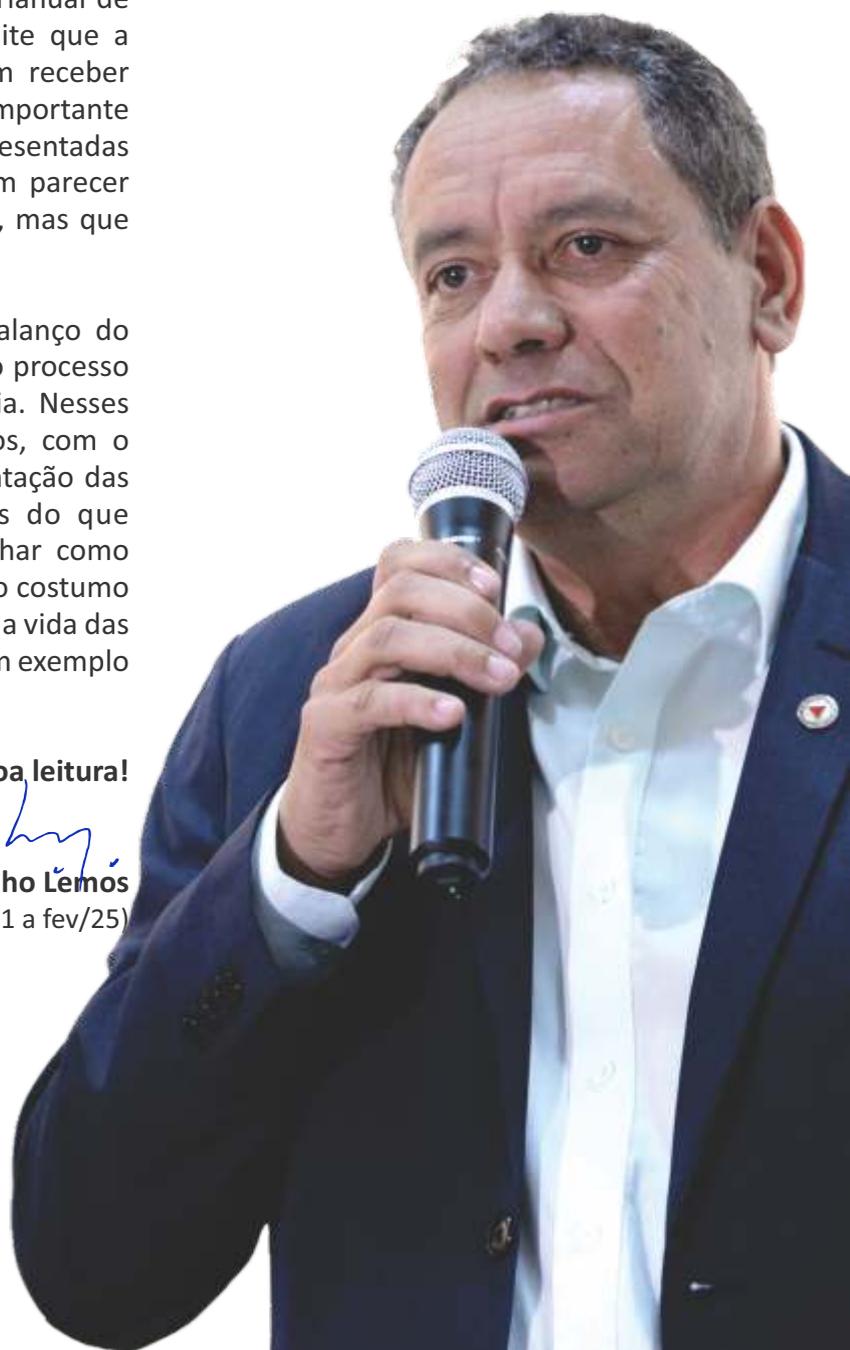
Além disso, uma das principais funções da CPP é conduzir o processo de elaboração e revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Esse espaço permite que a sociedade debata quais projetos e ações devem receber recursos do Governo Estadual, sendo um canal importante para que as demandas das comunidades sejam apresentadas e discutidas. Muitas vezes, são ações que podem parecer pequenas diante de todos os desafios do estado, mas que fazem uma diferença enorme na vida das pessoas.

Nas próximas páginas, apresentamos um balanço do trabalho realizado pela Comissão na condução do processo de revisão do PPAG durante a minha presidência. Nesses quatro anos, alcançamos resultados significativos, com o aumento da participação popular e da implementação das propostas apresentadas pela sociedade. Mais do que números, tivemos a oportunidade de testemunhar como esses projetos tiveram um impacto positivo. Como costumo dizer: a política só faz sentido se for para melhorar a vida das pessoas — e a discussão participativa do PPAG é um exemplo claro de como isso pode ser realizado.

Boa leitura!

  
**Marquinho Lemos**

Presidente da Comissão de Participação Popular (fev/21 a fev/25)



# Membros Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

## 2021-2023

Marquinho Lemos – presidente  
Professor Cleiton – vice-presidente  
Virgílio Guimarães  
Celise Laviola  
Raul Belém

## 2023-2025

Marquinho Lemos – presidente  
Ricardo Campos – vice-presidente  
Doutor Jean Freire  
Leleco Pimentel  
Elismar Prado





# CAPÍTULO 1

## AVANÇOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA REVISÃO DO PPAG

# Avanços da Participação Popular na Revisão do PPAG

As decisões sobre como aplicar os recursos públicos, quais obras realizar ou que projetos priorizar muitas vezes parecem distantes dos cidadãos, como se fossem exclusivas dos governantes. Esse afastamento cria uma barreira que torna a participação popular difícil e, para muitos, desanimadora.

O ambiente das decisões públicas parece técnico, burocrático e pouco convidativo, o que faz com que as pessoas sintam que sua presença ou opinião não terão impacto real. Esse distanciamento não apenas enfraquece a sensação de pertencimento da população, mas também dá a impressão de que as políticas públicas são definidas sem considerar as necessidades e desejos reais da sociedade.

Porém, a participação popular é essencial para fortalecer a democracia e garantir que os governos trabalhem realmente para o bem de todas e todos. Quando os cidadãos têm a oportunidade de se envolver nas decisões sobre onde e como o dinheiro público será investido, eles ajudam a tornar as políticas mais justas e alinhadas com as demandas da população.

Nesta revista, vamos demonstrar como o processo de elaboração e revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), coordenado pela Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), é um verdadeiro instrumento de participação popular.

Vamos abordar o período da presidência do deputado estadual Marquinho Lemos (PT), marcado por avanços significativos na implementação das propostas apresentadas pelos cidadãos. Durante seu trabalho à frente da Comissão, houve um aumento expressivo na participação popular e um forte empenho na descentralização das ações, o que ampliou o atendimento em diversas áreas, como esporte, agricultura familiar, segurança alimentar e cultura, além de beneficiar diferentes regiões do estado.



FOTO: DANIEL PROTZNER/ALMG



FOTO: GUILHERME DARDANHAN/ALMG



FOTO: TIAGO BICALHO



FOTO: ELIZABETE GUIMARÃES/ALMG



FOTO: TIAGO BICALHO



## Mas afinal, o que é o PPAG?

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) é um instrumento de planejamento que define, a cada quatro anos, as diretrizes, objetivos e metas para o uso dos recursos públicos em áreas como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social. Elaborado pelo Governo do Estado, ele é revisto e monitorado ano a ano pelos deputados estaduais.

Uma parte desse orçamento é destinada para que a população apresente suas reivindicações e sugestões. É nessa etapa que entra a Comissão de Participação Popular da Assembleia de Minas, responsável por coordenar o processo e criar mecanismos que possibilitem ouvir a sociedade e incorporar suas contribuições ao PPAG.

Embora o recurso destinado pelo Governo do Estado para atender às demandas da população seja limitado, ele tem demonstrado um impacto significativo na vida das pessoas. Desde que o deputado estadual Marquinho Lemos (PT) assumiu a presidência da Comissão de Participação Popular da ALMG, comunidades, associações, grupos culturais e outros segmentos que antes não tinham acesso a projetos e ações do governo passaram a encontrar um espaço para serem ouvidos e atendidos.

Isso porque, foram implementadas novas formas de participação, além de uma preocupação em executar o que foi proposto pela sociedade, conforme vamos ver mais adiante.

## Um pouco sobre a Comissão de Participação Popular

Instituída pela Resolução 5.212, de 2003, e instalada no dia 11 de junho de 2003, a Comissão tem como função principal promover a aproximação entre a sociedade civil e o Poder Legislativo, ampliando os canais de diálogo e possibilitando uma participação mais efetiva dos cidadãos no processo de elaboração, discussão e fiscalização das políticas públicas.

Assim os cidadãos, por meio da CPP, podem apresentar propostas de ações legislativas como: emenda a projeto de lei em tramitação; projeto de lei; solicitação de audiência pública; consulta popular; requerimento de informações oficiais a órgãos públicos e autoridades; bem como acompanhar e propor emendas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).



# CAPÍTULO 2

## A POPULAÇÃO TEM VOZ E VEZ

# A População Tem Voz e Vez

O deputado estadual Marquinho Lemos foi eleito presidente da Comissão de Participação Popular em 2021 e reconduzido para um novo mandato de dois anos em 2023. Nesse período, ele se dedicou a ampliar a participação da sociedade nas decisões do legislativo, com especial atenção para que as demandas da população fossem efetivamente contempladas no orçamento estadual.

Sob sua liderança, a Comissão buscou garantir que as vozes de diferentes regiões e segmentos sociais fossem ouvidas e os recursos do Estado direcionados para atender às diversas necessidades dos mineiros e mineiras.

**“Durante a revisão do PPAG, percorremos diversos municípios para garantir que as demandas da população fossem incorporadas de maneira efetiva ao orçamento estadual.**

**Resultado disso é que conseguimos ampliar a execução das emendas populares, assegurando que os recursos públicos fossem aplicados de forma transparente e voltada ao bem-estar coletivo.**

**Nosso compromisso é transformar as necessidades da sociedade em ações concretas.”**

Marquinho Lemos



## EXECUÇÃO

# 93,8%

**2023****AUMENTO SIGNIFICATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PPAG****2020****PROPOSTAS COLOCADAS EM PRÁTICA NO ANO ANTERIOR À PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO**

# 15,87%

## Raio-x do resultado

No ano anterior à presidência do deputado Marquinho na Comissão de Participação Popular, apenas 15,87% das propostas apresentadas pela sociedade no processo de revisão do PPAG foram efetivamente implementadas.

Desde que assumiu a liderança da Comissão, Marquinho trabalhou para aumentar essa taxa de execução ano após ano. Em 2023, graças a esses esforços, 93,8% das propostas apresentadas pela população foram colocadas em prática, um avanço significativo. Essa porcentagem expressiva também foi repetida em 2024, quando foi possível alcançar 90,7%.

**2021****2022****2023****2024****156**

PARTICIPANTES

**315**

PARTICIPANTES

**762**

PARTICIPANTES

**783**

PARTICIPANTES

## Aumento da participação

Nos últimos anos, além de ampliar a execução do que foi proposto, houve um crescimento significativo na participação popular nas reuniões para discutir o PPAG. Em 2021, quando o deputado Marquinho assumiu a presidência, 156 pessoas participaram das discussões, mesmo em meio às limitações impostas pela pandemia de Covid-19, que forçou a realização de encontros exclusivamente on-line.

Em 2022, embora as reuniões ainda fossem virtuais, a participação mais que dobrou, alcançando 315 pessoas. Já em 2023, com o retorno das reuniões presenciais no pós-pandemia, o engajamento cresceu expressivamente, reunindo 762 participantes nas reuniões regionais do PPAG. Em 2024, esse alto nível de participação se manteve, com 783 pessoas contribuindo ativamente para as discussões.

## Inovação durante a pandemia

Durante a pandemia do coronavírus, a Comissão de Participação Popular adaptou-se para garantir a inclusão da sociedade nas discussões do PPAG. Para isso, promoveu encontros on-line, inovando ao realizar atividades virtuais com foco regional. Essa abordagem possibilitou que mais pessoas participassem, mesmo em um cenário desafiador.



FOTO: LUIZ SANTANA/ALMG



FOTO: CLARISSA BARCANTE/ALMG



FOTO: ELIZABETE GUIMARÃES/ALMG

## Comissão recebe número recorde de sugestões ao PPAG

Em 2024, a Comissão de Participação Popular recebeu 950 sugestões durante o processo de discussão participativa do PPAG, o que se tornou um marco histórico. De acordo com o deputado Marquinho Lemos, esse resultado reflete a credibilidade crescente do processo e o fortalecimento do diálogo entre a população e o poder público.

*"O envolvimento da sociedade é essencial para garantir que o orçamento público atenda às reais necessidades das pessoas. Esse recorde demonstra que a população está cada vez mais confiante de que sua voz será ouvida e transformada em ações concretas",* destacou o deputado.

O crescimento no número de propostas ao longo dos anos evidencia a evolução do processo. Em 2011, primeiro ano do monitoramento dos dados do PPAG, foram apresentadas 199 propostas. Em 2020, ano anterior à posse do deputado Marquinho como presidente da Comissão, esse número foi de 229. Já no primeiro ano sob sua liderança, em 2021, o total quase dobrou, alcançando 456 sugestões. Em 2024, o processo alcançou a marca histórica de 950 contribuições.

Esses números refletem não apenas o empenho da Comissão e do mandato Marquinho Lemos em aprimorar os mecanismos de participação, mas também o crescente engajamento da sociedade na construção de políticas públicas mais representativas e efetivas.



**199**

**PROPOSTAS**

Primeiro ano do monitoramento dos dados



**456**

**PROPOSTAS**

Primeiro ano sob sua liderança

**2011**

**2020**

**2021**

**2024**



**229**

**PROPOSTAS**

Ano anterior a posse do deputado



**950**

**PROPOSTAS**

Marco Histórico



FOTO: WILLIAN DIAS/ALMG

## Diferenciais

Quais foram os fatores que levaram a esses números expressivos? O que foi feito durante a presidência do deputado Marquinho para ampliar a participação e garantir a execução das sugestões apresentadas?

Um dos grandes diferenciais foi o acompanhamento próximo das propostas da população. Muitas vezes, as pessoas têm o interesse de participar, mas enfrentam dificuldades para apresentar suas ideias ou executar os projetos quando recebem os recursos. Sensível a essa realidade, o deputado direcionou uma equipe de seu gabinete para orientar e apoiar os cidadãos nesse processo, o que tornou a participação mais acessível.

A importância desse acompanhamento é destacada pelo produtor cultural Luciano Silveira. Ele relembra que, em 2023, durante a audiência regional promovida em Diamantina, foi apresentada a proposta de realização do I Seminário Estação da Cultura, no Vale do Jequitinhonha. O projeto foi aprovado e, desde então, o gabinete do deputado Marquinho Lemos passou a dar suporte para atender às exigências da Secretaria Estadual de Cultura e viabilizar a execução da iniciativa.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

***“O gabinete desempenha um papel fundamental como interlocutor entre as entidades, os grupos culturais e as secretarias do estado. Graças a esse apoio, conseguimos realizar o Seminário”, destacou Luciano.***

Além do acompanhamento, o diálogo foi ampliado entre os servidores e consultores da Comissão, o gabinete do parlamentar e as secretarias de Estado, o que assegurou que cada proposta fosse analisada com atenção. Quando uma sugestão não se enquadrava no orçamento, ela era encaminhada como requerimento ao Governo Estadual.

Outro ponto importante foi o trabalho de divulgação dos encontros regionais e da consulta pública, aliado a esforços de mobilização para que mais pessoas pudessem participar.

***“Esses números refletem o nosso compromisso em aproximar a população dos processos decisórios. A confiança tem aumentado porque as propostas apresentadas se transformaram em ações concretas. Isso tem motivado, ano após ano, a participação de um número cada vez maior de pessoas,”***

destacou Marquinho Lemos.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: WILLIAN DIAS/ALMG

# CAPÍTULO 3

## O PASSO A PASSO DO PPAG

FOTO: WILLIAN DIAS/ALMG



# O Passo a Passo do PPAG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais realiza, anualmente, o processo de discussão participativa do PPAG, tanto em sua fase de elaboração, quanto nas revisões que o Governo envia para o parlamento. A população pode participar das discussões sobre esse plano por meio de audiências regionais realizadas entre outubro e novembro de cada ano.

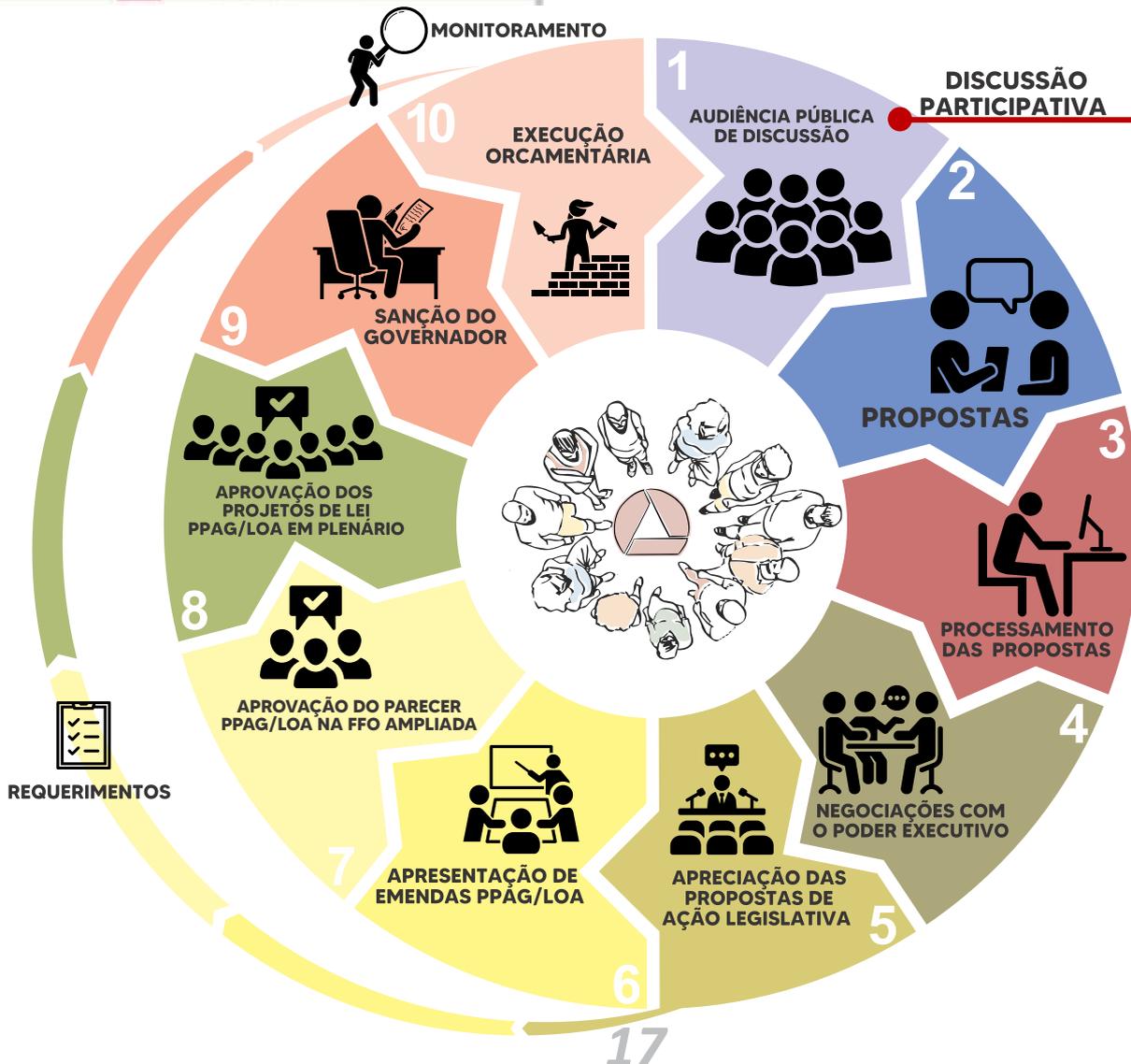
Além dos encontros, uma consulta pública temática fica disponível no portal da Assembleia para receber sugestões de todos os interessados.



## As audiências regionais

Um dos momentos mais importantes das discussões do PPAG são as audiências regionais. São nesses encontros que a Assembleia de Minas, por meio da Comissão de Participação Popular, vai até as cidades do interior para ouvir de perto as demandas de cada região. Nas atividades, a população tem a oportunidade de entender como o processo do PPAG funciona e de apresentar suas sugestões.

Durante a presidência do deputado Marquinho Lemos, o número de encontros regionais foi ampliado. Além disso, cidades que nunca tinham recebido essas audiências passaram a ser incluídas no calendário.



### Cidades atendidas pela CPP entre 2021 e 2025

Todo o processo de descentralização das audiências regionais resultou em um aumento significativo no número de cidades beneficiadas pelas emendas. Entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2025, foram atendidas sugestões de 430 cidades.

Esse é mais um resultado importante, uma vez que amplia a representatividade, permitindo que as demandas locais de diversas regiões de Minas Gerais sejam ouvidas e incorporadas ao orçamento.



### Encontros regionais em 2024



FOTO: DANIEL PROTZNER/ALMG

### Jequitinhonha



FOTO: TIAGO BICALHO

### Mucuri



FOTO: ELIZABETE GUIMARÃES/ALMG

### Norte



FOTO: TIAGO BICALHO

## Encontros em Belo Horizonte

Além das atividades regionais, são realizados encontros em Belo Horizonte para garantir a participação da população da Capital e da Região Metropolitana. Essas audiências são separadas por temas. Em 2024, foram discutidas as seguintes questões:

- Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Meio ambiente e Saneamento Básico
- Desenvolvimento social 1: Trabalho, Emprego e Renda
- Desenvolvimento Social 2: Esportes
- Cultura
- Turismo
- Desenvolvimento Social 3: Assistência Social e Segurança Alimentar
- Desenvolvimento Social 4: Direitos Humanos e Habitação



FOTO: GUILHERME DARDANHAN/ALMG



FOTO: LUIZ SANTANA/ALMG

**Leste/Zona da Mata**

**Sul**



# CAPÍTULO 4

## DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ÀS AÇÕES CONCRETAS



## Da Participação Popular às Ações Concretas

Mais do que números, o aumento da participação popular e a implementação das propostas apresentadas pela sociedade geraram melhorias significativas na qualidade de vida da população. Como veremos neste capítulo, as ações se tornaram mais descentralizadas, alcançaram áreas inéditas e chegaram a comunidades que sequer sabiam como se envolver nas discussões sobre o orçamento.

Acompanharemos nas próximas páginas alguns resultados concretos de propostas implementadas em áreas como segurança alimentar, esporte, segurança pública, agricultura e meio ambiente. Esses exemplos ilustram como políticas públicas bem direcionadas podem transformar a realidade das pessoas, especialmente quando a população tem espaço para apresentar suas demandas e participar ativamente das decisões.





FOTO: DIVULGAÇÃO

## SEGURANÇA ALIMENTAR

### Bancos de Alimentos ampliam atuação com apoio do PPAG

Uma das áreas de maior impacto das discussões participativas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) foi a segurança alimentar. Em 2023 e 2024, os bancos de alimentos em todo o estado foram contemplados com 26 furgões.

Segundo João Paulo de Paiva Ramos, presidente da Rede Leste de Bancos de Alimentos (Relba), o PPAG tem sido um parceiro fundamental. Nos últimos anos, a Relba recebeu 18 desses veículos, o que ampliou sua capacidade de atuação. *“Não existe no Brasil nenhum apoio como esse. Os furgões fazem toda a diferença, pois permitem que busquemos diretamente alimentos que poderiam ser descartados e os levemos às instituições sociais, como asilos, hospitais e creches. Com isso, conseguimos reduzir o desperdício em cerca de 60%”,* afirmou.

Atualmente, a Relba capta 250 toneladas de alimentos por semana, atendendo 210 mil pessoas em sua área de atuação. Ela é a maior rede de bancos de alimentos do Brasil e a terceira maior do mundo.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

## SEGURANÇA ALIMENTAR

### Conferências são contempladas pelo PPAG

A Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea) também é uma importante iniciativa que recebeu recursos por meio de proposta apresentada nas discussões do PPAG. Promovida pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Consea-MG), a conferência tem como objetivo estabelecer prioridades para o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Plesans).

Além disso, o encontro é um espaço para avaliar e discutir políticas públicas voltadas à área, bem como reforçar o compromisso com ações efetivas no combate à fome e na promoção de uma nutrição sustentável para a população mineira.



FOTO: SEDESE/MG



## **PESQUISA**

# **PPAG impulsiona pesquisas nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

O resultado das discussões participativas do PPAG é observado na prática. Um exemplo é a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma das instituições de pesquisa e tecnologia mais importantes da América Latina.

Por meio de uma proposta apresentada durante a revisão do Plano Plurianual, a sede mineira da Fundação recebeu recursos que possibilitaram o desenvolvimento de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e hpv, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

*“Esse é um perfil de projeto que dificilmente seria contemplado nos editais de pesquisa acadêmica, então, nesse sentido, o recurso do PPAG realmente propiciou o desenvolvimento de uma iniciativa que dificilmente nos conseguiríamos dar andamento em outro cenário”,* destacou a coordenadora de Inovação da Fiocruz Minas, Cristina Carrara.





**AGORA**

FOTO: DIVULGAÇÃO

## MEIO AMBIENTE

# Revitalização do Rio Fanado

Um antigo sonho da população do Vale do Jequitinhonha está se tornando realidade. Trata-se da revitalização do Rio Fanado, uma das propostas aprovadas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) na área de Meio Ambiente. O projeto, que inclui a construção de barragens ao longo do rio, tem como objetivo enfrentar a escassez de água nos municípios de Angelândia, Capelinha e Turmalina e garantir a segurança hídrica para milhares de moradores.

As obras seguem a todo vapor: a barragem de Angelândia já foi concluída, representando um marco no projeto. Em Turmalina, as escavações estão em andamento, enquanto em Capelinha a etapa de licitação para a construção da barragem foi finalizada, abrindo caminho para o início das obras.

A revitalização do Rio Fanado é um passo significativo para garantir recursos hídricos essenciais à região do Vale do Jequitinhonha e melhorar a qualidade de vida de seus moradores.

**ANTES**

FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



Visita à APAC de Guanhães com o deputado federal Miguel Ângelo

## SEGURANÇA PÚBLICA

### APACs são estruturadas

A proposta ao PPAG da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) tornou-se uma conquista concreta. Com os recursos recebidos, foi possível investir na aquisição de novos equipamentos, tais como computadores, armários, geladeiras e bebedouros. Também foram comprados mobiliários e veículos, bem como realizadas melhorias na estrutura de diversas unidades.

Segundo Flávia Faria de Souza, diretora-geral da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) tem sido um pilar fundamental para o fortalecimento das APACs.

*“Os recursos do PPAG têm permitido a implantação e ampliação de diversas atividades e oficinas, além de possibilitar a aquisição de bens permanentes, para os quais não existem outras fontes de financiamento”,* destacou.

Ela também enfatizou a importância da participação popular. *“Esse processo é fundamental para o fortalecimento e a expansão de políticas públicas em Minas Gerais. A experiência realizada aqui torna-se uma referência para outros estados”,* concluiu.



As APACs representam um modelo inovador e humanizado de cumprimento de pena, focado na recuperação, reintegração social e redução da reincidência criminal. Seu método é baseado em valores como disciplina, trabalho, espiritualidade e corresponsabilidade.

Enquanto no sistema prisional comum a taxa de reincidência criminal atinge cerca de 80%, nas APACs ela é inferior a 13,90%. Entre as mulheres, o impacto é ainda mais expressivo, com uma taxa de reincidência de apenas 2,84%.



## SEGURANÇA PÚBLICA

## “Chame a Frida”: tecnologia a serviço da proteção das mulheres

O Projeto Chame a Frida, uma iniciativa inovadora da Polícia Civil de Minas Gerais, ganhará uma nova versão devido aos recursos viabilizados pelas emendas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Com essa verba, estão sendo realizadas melhorias no sistema de chatbot que oferece atendimento seguro e ágil, por meio do WhatsApp, às mulheres vítimas de violência doméstica.

Segundo a escritã da Polícia Civil e idealizadora do projeto, Ana Rosa Campos, a nova fase do Chame a Frida contará com a implementação da versão 2.0 do chatbot, que será mais moderna e oferecerá recursos aprimorados para facilitar ainda mais o acesso das vítimas ao sistema de denúncia.

“Na prática, será um novo chatbot mais moderno e com maiores recursos para que as vítimas tenham novas ferramentas e mais facilidade para denunciar os episódios de violência doméstica. Agradeço ao deputado Marquinho Lemos pela forma que tem conduzido a revisão do PPAG e, principalmente, pela preocupação com a situação das meninas e mulheres vítimas de violência doméstica. Sabemos que muito precisa ser feito e estou certa que esses recursos destinados pelo PPAG farão diferença no enfrentamento à violência,” destacou.

### Chame a Frida é lei

Criado inicialmente no município de Manhuaçu, no Leste de Minas, o projeto ganhou força e foi expandido para outras cidades mineiras devido a um projeto de lei de autoria do deputado estadual Marquinho Lemos, aprovado na Assembleia de Minas em 2022.

### Como funciona?

Por meio de uma mensagem de texto ou áudio, as mulheres podem esclarecer dúvidas, fazer uma avaliação preliminar e acionar a polícia em situações de flagrante ou risco, inclusive solicitando uma viatura. Além disso, também é possível orientar mulheres em situação de violência, agendar horário para realização de atendimento para formalização de atos investigativos, solicitação da medida protetiva, entre outros.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



## SEGURANÇA PÚBLICA

### Reforço à segurança das mulheres em Minas Gerais

Como parte das ações para fortalecer a proteção e segurança das mulheres, duas novas viaturas foram adquiridas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) de Montes Claros e Diamantina. Essa conquista foi possível graças aos recursos viabilizados pelas discussões participativas do PPAG.



FOTO: TIAGO BICALHO

### Construção da delegacia de mulheres de Contagem

Outra iniciativa que se tornou realidade devido as discussões participativas do PPAG é a construção da nova Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em Contagem.

A unidade já está em pleno funcionamento, garantindo um acolhimento mais humanizado e um atendimento mais eficiente às vítimas de violência doméstica e de gênero.

Além disso, a nova estrutura proporciona melhores condições de trabalho para os profissionais que atuam na proteção e defesa das mulheres.



FOTO: TIAGO BICALHO



FOTO: TIAGO BICALHO



FOTO: TIAGO BICALHO



FOTO: TIAGO BICALHO

## Curso de Multiplicadores de Direitos Humanos e Prevenção à Violência Doméstica

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) também participou das audiências do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e garantiu recursos para a capacitação de seus profissionais, com o objetivo de aprimorar a atuação policial no estado.

Em 2023, aproximadamente 60 militares foram formados como multiplicadores de Direitos Humanos, com enfoque no uso proporcional da força e de armas de fogo, além de técnicas de negociação e gerenciamento de crises. O curso também incluiu orientações sobre o atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), reforçando a importância da abordagem humanizada e inclusiva.

Outra iniciativa fundamental viabilizada com recursos do PPAG foi o curso de prevenção à violência doméstica. Durante a capacitação, os profissionais receberam treinamentos sobre medidas de proteção às mulheres e estratégias para romper o ciclo da violência.



# Valorização da cultura mineira

A cultura ganhou destaque nas discussões participativas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Dezenas de festivais, grupos de folclore e de teatro foram atendidos, o que resultou na valorização da diversidade cultural de Minas Gerais e no apoio a iniciativas que celebram as ricas tradições do estado. Confira a seguir algumas propostas contempladas.

## Festivale e MucuriArte

Entre as propostas de festivais aprovadas pelo PPAG, destacam-se o Festivale, um evento tradicional realizado anualmente no Vale do Jequitinhonha, e o MucuriArte, voltado para a valorização e promoção das manifestações artísticas do Vale do Mucuri.

Os recursos do PPAG têm ajudado a realizar essas atividades, que desempenham um papel fundamental na preservação das identidades regionais, além de fortalecer o patrimônio imaterial e promover a troca de saberes e experiências entre artistas, comunidades e visitantes. Os eventos também impulsionam a economia local ao atrair turistas e fomentar o trabalho de artesãos, músicos, dançarinos e outros agentes culturais.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

## Viola de Feira

A tradição das violas mineiras, reconhecida como patrimônio cultural imaterial, ganhou ainda mais força com o apoio do PPAG. Por meio do evento Viola de Feira, artistas percorreram diversas cidades de Minas Gerais e levaram a riqueza da música de raiz diretamente para as feiras.

A atividade tem como objetivo preservar a cultura e a tradição violeira, além de promover um resgate das melodias que atravessam gerações.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: TIAGO BICALHO

## FESTEJE

O FESTEJE – Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha também é uma das iniciativas contempladas pelo PPAG. Com o objetivo de preservar e difundir a prática teatral na região, o festival reúne mais de 20 grupos e coletivos teatrais, além de inúmeros atores independentes.

O evento, de caráter itinerante, promove espaços de interação, intercâmbio e formação para os participantes.





## Encontro dos Vales

O Encontro dos Vales, mais um projeto apoiado pelo PPAG, celebra as culturas do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, levando um pouco da essência dessas regiões para Belo Horizonte. Realizado na capital mineira, o evento reúne apresentações de música, teatro, coral e outras manifestações culturais.

O Encontro dos Vales também destaca o artesanato e as comidas típicas, o que proporciona uma imersão nas tradições dessas regiões. As duas edições realizadas até agora contaram com recursos do PPAG.





Carlos Farias

Rubinho do Vale

## Coral das Lavadeiras

Com recursos do PPAG, o Coral das Lavadeiras de Almenara realizou a 4ª e 5ª edição do projeto Rodas de Conversa e Cantoria com as Lavadeiras. A iniciativa percorreu escolas públicas nos municípios do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, alcançando mais de quatro mil pessoas, em 2024, com apresentações culturais ricas em história e tradição.

Segundo Carlos Farias, cantor e coordenador do projeto, as rodas de conversa proporcionam momentos de troca de experiências, no qual as lavadeiras compartilham suas histórias e vivências com estudantes, professores e a comunidade escolar, sempre intercalando os relatos com músicas e manifestações culturais.

Para Carlos, o PPAG desempenha um papel essencial na preservação da cultura regional, especialmente porque projetos como esse, muitas vezes, enfrentam dificuldades para captar recursos por outras vias. ***"O PPAG cumpre com excelência sua missão de apoiar iniciativas como a nossa, promovendo e valorizando a rica cultura das Minas Gerais"***, destacou.





FOTO: DIVULGAÇÃO

## Seminário Estação da Cultura

Em 2023, artistas do Vale do Jequitinhonha apresentaram, durante audiência regional em Diamantina, a proposta de realizar o 1º Seminário Estação da Cultura. A iniciativa foi aprovada e, com recursos do PPAG, o evento tomou forma em 2024, sendo realizado ao longo de cinco dias em Araçuaí. O seminário ofereceu atividades ricas e diversas, como oficinas de formação para artistas, grupos e educadores, além de palestras que fomentaram reflexões sobre os rumos da cultura no Vale do Jequitinhonha.

A programação contou com exposição fotográfica, feira de artesanato, apresentações musicais, corais, grupos folclóricos, intervenções artísticas e espetáculos teatrais. O evento atraiu mais de 1.200 pessoas, consolidando-se como um marco no fortalecimento da cultura local.

***"É por meio do PPAG que os grupos culturais do interior de Minas conseguem acessar recursos. É nesse espaço que temos voz e a oportunidade de apresentar nossos projetos. Isso contribui diretamente para a valorização e preservação da cultura local, fortalece nossas tradições e impulsiona o desenvolvimento regional"***, destacou Luciano Silveira, produtor cultural do seminário.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

# Instituto Amilcar Martins

As emendas populares do PPAG têm desempenhado um papel fundamental na manutenção e desenvolvimento da Biblioteca do Instituto Amilcar Martins (ICAM). A instituição participou pela primeira vez das audiências de revisão do Plano em 2022 e, desde então, tem apresentado propostas que se traduzem em avanços significativos.

Os recursos destinados foram aplicados de forma estratégica para alcançar um dos principais objetivos do ICAM: preservar o patrimônio cultural de Minas Gerais e ampliar o acesso da população ao seu acervo. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se a criação de uma sala de digitalização e restauro, a aquisição de infraestrutura moderna e equipamentos como mobiliário personalizado, monitores auxiliares e um notebook de alto desempenho. Essas melhorias têm proporcionado maior eficiência no tratamento, digitalização e restauro de obras raras.

Segundo Amilcar Vianna Martins Filho, diretor administrativo-financeiro do ICAM, esses investimentos não apenas viabilizam projetos específicos, mas também consolidam o instituto como o maior centro de pesquisa e preservação bibliográfica de Minas Gerais. “Projetos como os do ICAM, que preservam a memória cultural e histórica, dependem diretamente desse tipo de engajamento. Quando a população participa, reconhece e reforça a importância de proteger o patrimônio histórico como um legado coletivo”, afirmou.

Ele também destacou a relevância democrática das discussões no âmbito do PPAG. ***“A inclusão da sociedade nas decisões orçamentárias fortalece a cidadania ativa, permitindo que os cidadãos influenciem políticas públicas e priorizem investimentos em áreas essenciais, como cultura, saúde e educação”***, concluiu.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

## ESPORTE

# Revitalização do espaço do Centro Esportivo e Cultural da ABESC

Os projetos esportivos têm conquistado cada vez mais espaço nas discussões participativas do PPAG. Um exemplo é a Associação Beneficente e Esportiva de Santa Cruz (ABESC), de Belo Horizonte, que apresentou propostas e foi contemplada com recursos. Com esse apoio, a entidade conseguiu reformar sua quadra, garantindo uma estrutura mais adequada para atender à comunidade.

A ABESC oferece atividades esportivas gratuitas para pessoas de todas as idades, promovendo inclusão social, saúde e cidadania.



**ESPAÇO REFORMADO**

FOTO: DIVULGAÇÃO



**ANTES**

FOTO: DIVULGAÇÃO



**ANTES**

FOTO: DIVULGAÇÃO



**ANTES**

FOTO: DIVULGAÇÃO



**AGORA**  
**33**

FOTO: DIVULGAÇÃO

## Projeto Águia

O Projeto Águia, de Guaranésia, no Sul de Minas, é mais um exemplo de como o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) tem viabilizado iniciativas importantes. Com os recursos obtidos por meio do plano, o projeto ampliou os serviços oferecidos à população e promoveu torneios esportivos de natação, futebol e vôlei para crianças e adolescentes.

Para Luiz Alberto Silva de Souza, conhecido como Du Mega Stilo, fundador e voluntário do Projeto Águia, o PPAG simboliza a participação ativa da sociedade na construção do orçamento público. **“É a população sendo ouvida e vendo suas propostas se transformarem em políticas eficientes. Um exemplo disso é o nosso projeto. Com os recursos, conseguimos oferecer atividades como a natação, algo que muitas vezes está fora do alcance das crianças mais carentes”**, destacou.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

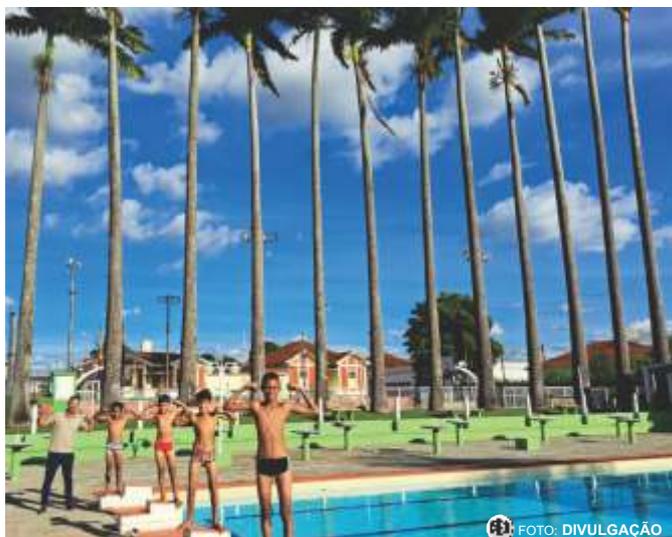


FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

## União Futebol Clube

No município de Divino, na Zona da Mata, a União Futebol Clube é mais uma iniciativa fortalecida pelo PPAG. Com a proposta apresentada, o clube recebeu recursos para a compra de equipamentos esportivos que permitem à entidade oferecer atividades gratuitas para as crianças da cidade.



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

## Kits de Material Esportivo

Por meio do PPAG, também foram distribuídos 41 kits para grupos esportivos de zonas rurais e urbanas de Minas Gerais. Essa iniciativa fortalece o acesso ao esporte em diversas comunidades, incentiva a prática esportiva e amplia as oportunidades para crianças, jovens e adultos em todo o estado.

## AGRICULTURA

### Fortalecimento da agricultura familiar e do cooperativismo

A agricultura familiar e o cooperativismo ganharam protagonismo durante as discussões do PPAG, com a aprovação do projeto “Minas Cooperativa – Organizar, Produzir e Abastecer”, uma iniciativa apresentada pela Unicafes.

Um dos principais pilares do projeto é a construção de um centro de distribuição da agricultura familiar na região metropolitana de Belo Horizonte. Em fase de implementação, essa estrutura será fundamental para facilitar o escoamento dos produtos e abrir novos caminhos para a comercialização, garantindo mais eficiência e competitividade aos pequenos produtores.

O projeto também contempla uma série de ações voltadas à organização da cadeia produtiva e para atender às demandas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entre as iniciativas já realizadas, destacam-se:



**CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

**MAIOR PROFISSIONALISMO E EFICIÊNCIA**



**REGULARIZAÇÃO SANITÁRIA**

**COM MAIS PRODUTOS DE QUALIDADE E ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS**



**PLANEJAMENTO COMERCIAL**

**FOCO EM ESTRATÉGIAS DE MERCADO**



**AMPLIAÇÃO DO ACESSO A MERCADOS**

**CONEXÃO DE PRODUTORES A NOVOS CONSUMIDORES**

*“O PPAG é um programa muito importante que vem trazer desenvolvimento para as nossas cidades e também para a agricultura familiar e o cooperativismo”, destacou Regina Castro, diretora financeira da Unicafes.*





Cerimônia de entrega de 58 tratores e grades aradoras em 2025



## Tratores e kits para irrigação, apicultura e feira

No apoio à agricultura familiar, foram entregues centenas de tratores com grades, kits irrigação, kits apicultura e kits feira para associações em diversas regiões do estado.

Esses equipamentos têm um papel fundamental no fortalecimento da produção no campo.



## Epamig

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) tem sido fundamental para viabilizar projetos e aprimorar a estrutura da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Com os recursos obtidos, foram realizadas obras para a construção de uma queijaria e a adequação de um laticínio no Campo Experimental de Acauã, no município de Leme do Prado.

Além disso, a EPAMIG adquiriu novos equipamentos para unidades em diversas regiões do estado, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura de suporte à pesquisa e à transferência de tecnologia. Também foram comprados adubos para melhorar a qualidade das pastagens e para contribuir com o avanço da agropecuária.



FOTO: EMATER/MG



# ARTIGO 1

## OS DESDOBRAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CPP – ALMG: APRENDIZADO INSTITUCIONAL-POLÍTICO E A CONSTITUIÇÃO DE SABERES

# Os desdobramentos da Participação Social na CPP – ALMG: aprendizado institucional-político e a constituição de saberes

*Isabel dos Anjos Leandro*

*A inscrição da participação no arcabouço constitucional brasileiro é um grande avanço político, mas ainda requer desdobramento institucionais necessários para a sua efetivação. Para que alcance de fato os propósitos de transformação para a maioria da sociedade é necessário que a prática de interações entre cidadãos/cidadãs e o Estado tenha continuidade e segurança institucional.*

A participação social é um elemento qualificador da inclusão da maioria da sociedade brasileira. A ocupação dos espaços de poder é uma necessidade para que a maioria da população possa influenciar nos processos decisórios por meio de debates, propostas de Agenda, Projetos de Lei, destinação e monitoramento do orçamento público, resultando na formulação e implantação das Políticas Públicas. A atuação parlamentar associada a participação política por meio da experiência da Comissão de Participação Popular (fev/2021 - fev/2025), presidida pelo Deputado Estadual Marquinho Lemos (PT) apresentou resultados significativos no que tange as formas de interação com a sociedade civil. Cabe recordar que foram distribuídos aproximadamente noventa e cinco milhões de reais para quatrocentas e trinta cidades mineiras. Em termos percentuais, cerca de 90% dos valores estimados foram liquidados ao longo do período. Isso demonstra a capacidade técnica e política de destinação e pagamento das emendas propostas na Comissão de Participação Popular no período analisado. Além disso, atesta as potencialidades da CPP na destinação de recursos públicos em âmbito estadual.

Todavia, cabe destacar os desdobramentos subjacentes a execução orçamentaria: *o aprendizado institucional e político e a constituição de saberes diversos*. Os efeitos dessa participação política têm como efeitos o aprendizado institucional-político para o Poder Público e para a Sociedade Civil (organizada e não organizada). O processo de interação entre os diversos atores sociais tem a potencialidade de gerar novas formas de atuação nos espaços decisórios. Os entraves burocráticos, o estranhamento na Casa Legislativa, as barreiras de acesso as informações e a falta de sentimento de pertencimento de grande parcela da população são obstáculos que mitigam a presença da população nos espaços de Poder instituídos. Embora, pareça clichê afirmar que as “Casas Legislativas são as casas do povo” essa realidade não se materializa sem a decisão política de criação, manutenção e ampliação dos mecanismos de participação.

---

1 - Pesquisadora em fase de desenvolvimento de pesquisa de pós doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual de São Paulo (IPPRI- UNESP). Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas. Professora substituta na PUC Minas. Assessora Parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Integrante da Executiva Estadual do PTMG e do Coletivo Nacional do Combate ao Racismo –PT.

Especificamente, no caso em análise, a maneira que se dá a articulação interna possibilitou a ampliação da destinação de recursos. Outro resultado latente foi o envolvimento das organizações, cidades, instituições e iniciativas populares bem como a atuação dos Parlamentares eleitos democraticamente. O que queremos afirmar é que o processo de debate, alocação e distribuição de recurso gera um duplo aprendizado. Para o Poder Público, as interações com os representados e a construção de debates, pactuações, acordos e fluxos internos entre os representantes legislativos. E também a desenvoltura e apropriação dos espaços políticos pela população no que se refere a disputa orçamentária.

É interessante explicitarmos, também, a mobilização e organização dos Gabinetes que presidem e compõem a referida Comissão. Diferentemente de outras formas de repasse financeiro, vide os impostos e arrecadações tributárias, as Emendas passam um fluxo que envolve presença, contatos, organização da documentação e monitoramento das diversas etapas desse processo. Portanto, não basta a existência da estrutura política. É imprescindível o direcionamento e envolvimento para que cumpra a sua função política.

Outro desdobramento de saberes que merece destaque é o desenvolvimento das habilidades e competências técnicas e de gestão acumuladas pelos Gabinetes Parlamentares que presidem e compõem a CPP bem como dos demais funcionários dessa Casa Legislativa. Conforme nos lembram a literatura acerca das instituições, as pessoas são fundamentais para que as propostas tornem-se realidade e de fato atendem aos pleitos da Sociedade. Esse é um acúmulo que permanece nos meandros dos processos institucionais e poderá ser um fator favorável para a manutenção e ampliação dos resultados positivos em outros períodos.

Desse modo, um dos resultados obtidos diz respeito a constituição de saberes diversos. Recordando as contribuições clássicas de Michel Foucault (1985): poder e saber são práticas discursivas que estão imbricadas. Isto é, esse aprendizado gera saberes diferentes que podem potencializar a atuação do Poder Público e da Sociedade Civil. A gestão dos recursos financeiros é sem sombra de dúvida uma forma contundente de aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de competências para novas formas de interação política.

Os processos de participação integram o ordenamento administrativo e jurídico da Assembleia Legislativa. Todavia, a maneira de interação com a sociedade guarda uma reserva de condução para quem preside, coordena e integra tais processos. A experiência ora apresentada, demonstra uma maneira diferenciada de ampliar, diversificar e inovar o processo de repasse de recursos públicos. Essa iniciativa avança, significativamente, no que se propõe de qualificação da Democracia brasileira.

A participação política na conjuntura brasileira é uma árdua conquista da sociedade civil. Isto é, a participação social nas estruturas de poder é resultado da luta de diversos atores sociais para que a partir do debate político tenham as possibilidades reais de interferir na formulação e implantação das políticas públicas. Portanto, podemos afirmar que a participação social é uma fonte geradora de criação ou efetivação de direitos.

No entanto, identificamos também os desafios para a manutenção e expansão a partir da atuação parlamentar. Esses desafios são a própria manutenção e ampliação da forma de decidir, agregar e articular as

relações entre Parlamentares e Sociedade Civil, atores internos da ALMG bem como a criação e manutenção de novas formas de incidência nos recursos públicos que permitam aumentar a efetivação das políticas públicas no estado.

---

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LEANDRO, Isabel dos Anjos. A convivência da democracia com as práticas políticas tradicionais do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. 2007. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia participativa. Editora Civilização Brasileira. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, p. 39- 81, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova : Revista de Cultura e Política. São Paulo, 67: 191-228, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt>

Acessado em 07 março 2024.



# ARTIGO 2

## REPRESENTAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA VISÃO POPULAR

# Representação e Democracia no Brasil: uma visão popular

Por Luis Fernando Vitagliano\*

Uma das questões mais difíceis das Repúblicas Modernas é o tema da representação. Quem representa, o que representa, para que e quais critérios da representação? Como se define o representante e que mecanismos tem à disposição para se relacionar com o representado?

Dificilmente as repúblicas contemporâneas conseguem exercer a chamada democracia direta, que seria a alternativa popular às formas de representação que privilegiam determinados setores das sociedades. Neste caso, como observou Tocqueville, em *A Democracia na América*, o exercício da democracia direta se fazia nos EUA do século XVIII através de assembleias dos condados, que reservavam as decisões coletivas para reuniões em salões públicos convocando todos os moradores a se manifestar e, se fosse o caso, votar. Nas comarcas menores, em tempos de localidades isoladas e coletivas, é possível exercer a democracia direta, em que cada um pode se manifestar sobre as questões da polis e votar os temas polêmicos. Mas, quando se trata de questões amplas, federativas, do Estado-Nação, a representação acaba por se impor. No compilado de princípios do livro *O Federalista*, que instrui a União dos EUA, há uma defesa firme da representação delegada como forma mais racional de exercício da democracia.

Tanto pelo aspecto prático quanto pelos resultados, supõe-se que a representação política se dá por meio de escolhas que são oriundas da delegação de mandato aos representantes políticos. A história deste método remete as revoluções populares europeias que instituíram repúblicas diante das monarquias absolutistas que era a forma de governo própria da Europa (a exceção feita a monarquia constitucional da Inglaterra). Neste caso histórico concreto, foi a burguesia que se impôs e povoou os parlamentos, fazendo valer a representação dos seus interesses junto ao poder político e provocando transformações nas formas de governo. De modo que, apenas no século XX as classes populares chegaram ao poder político de fato.

Com todas as dificuldades que o sistema liberal impõe, a representação dos trabalhadores cresceu em todo o sistema europeu e se espalhou por seus satélites, tornando-se o tipo padrão de representação democrática. No sistema de escolha liberal, que se definem os representantes pelo voto individual, é comum que a representação política via delegação de mandato favoreça as classes dominantes, porém, com o amadurecimento do sistema, a presença dos trabalhadores se fez valer – o que o próprio sistema permite, mas não proporcionava condições objetivas para realizar.

Deixe-me dar um exemplo para que isso fique claro. Em tempos progressos, a representação política do mandato não era remunerada. Era uma contribuição gratuita. Os políticos eram todos “voluntários”. Mas, além dos aristocratas e muito ricos, quem pode se permitir ficar o dia todo dedicado a política? Assim, os trabalhadores, no sistema de representação voluntária, nunca podiam almejar fazer parte de um parlamento. Então, quem representava os interesses dos trabalhadores? Os donos de fábricas que podiam se sustentar nos mandatos políticos? Os aristocratas das grandes fazendas e da corte? Assim, para trabalhar esse problema, os sindicatos começaram a financiar o mandato de alguns dos seus trabalhadores, até conseguirem instituir um salário ao mandato, como todo trabalho merece. Por isso, se hoje há críticas a quanto ganha e como são usados os recursos dos mandatos, lembre-se que propor cortes é uma reivindicação histórica das elites para limitar a ação dos trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores na estrutura de poder. As elites sempre têm fontes alternativas de financiamento político, para os trabalhadores as fontes são razoavelmente limitadas. Instituir uma estrutura de mandatos é uma forma de minimizar essa discrepância.

Mas, o sistema liberal de representação não é único. Na alternativa Soviética apresentada pela Revolução Russa de 1917, o sistema de representação é definido segundo delegações funcionais. Os votos são definidos pelas delegações de trabalhadores. Cada função tem representação em seus conselhos, garantindo representatividade de todos os setores de trabalhadores. Não é um voto liberal, mas funcional.

Cada área de trabalhadores escolhe seu representante. De modo que o sistema garante representação segundo trabalhadores nos chamados *Soviets*.

No sistema liberal, os trabalhadores podem votar nos padrões e vice-versa (mas, o que encontramos historicamente é a menor frequência de trabalhadores sendo representados). Assim, o voto liberal pode ser destinado a qualquer pauta de representação. Frequentemente pautas específicas ou pautas regionalizadas são priorizadas. Vários tipos de sistemas se organizam em relação a isso. Por exemplo, nos EUA a representação de deputados é escolhida segundo o voto majoritário, que quer dizer que os candidatos se apresentam para concorrer às vagas de modo a quem é mais votado assume a vaga. No caso do Brasil, o voto é proporcional, ou seja, são várias vagas destinadas aos partidos que preenchem na medida em que assumem uma proporção dos votos. A votação nominal vale menos que a votação do conjunto – onde, algumas vezes os candidatos mais votados não preenchem uma vaga porque seu colegiado não teve votação suficiente, enquanto candidatos menos votados têm colegiados fortes e conseguem se eleger com menos votos.

Até aqui discutimos as dificuldades e potenciais da representação política em termos gerais. Elas devem sempre levar em consideração o desenho geral da forma de escolha e o histórico do Estado nação em questão. E é importante considerar que existem opções e possibilidades dentro dos exemplos que temos. Por isso, por mais que o senso comum possa considerar a política de forma subjetiva, é ingênuo supor que o desenho institucional permite resultados diferentes daqueles pelos quais foram elaborados. Assim como a regularidade dos processos históricos demonstra uma tendência que dificilmente se foge. Com esses princípios é possível olhar com alguma objetividade ao Brasil.

Historicamente o Brasil tem distorções graves em termos de representação mais acentuadas do que os países europeus e com menos tradição de organizações sociais desses países. Como a ideia geral do século XX é de certo atraso dos países sul-americanos provocado pela colonização, pensava-se em acelerar os processos sociais para o Brasil “alcançar” o desenvolvimento das nações ocidentais. O fato é que não se considerou os diferentes processos históricos e tentou-se criar no Brasil uma classe operária e um desenvolvimento capitalista tal qual o europeu. Do ponto de vista político, isso gerou distorções que transformaram os processos históricos brasileiros em revoluções conservadoras. Ou seja, mudanças históricas provocadas pelas classes dominantes e sem a participação popular nos processos.

Veja o exemplo da CLT. A Consolidação das Leis Trabalhistas foi um ato do período mais autoritário da ditadura de Vargas, o Estado Novo. Embora tenha sido um avanço nas relações trabalhistas, a CLT não foi algo que veio da defesa e do engajamento dos trabalhadores, mas soou como uma concessão de Getúlio Vargas, o pai dos pobres, às classes urbanas subalternas. Enquanto na Europa a CLT foi objeto de disputa e de conquista dos trabalhadores, no Brasil, os operários devem esse benefício a liderança de Vargas.

Assim, os processos históricos de formação e deformação política do Brasil foram pactuados para afastar a participação popular e manter o controle dos processos políticos nas mãos de uma elite moderadora que hoje a chamamos de centrão e que foi responsável por várias rupturas institucionais e pactos pelo poder que vão da proclamação da república, até golpes como o de 1964 e de 2015. O PSD, no período entre 1945 e 1964, exercia o poder de conciliar. Esse pacto das elites foi rompido em 1965, por exemplo, quando as demandas populares eram maiores que as concessões das classes dominantes.

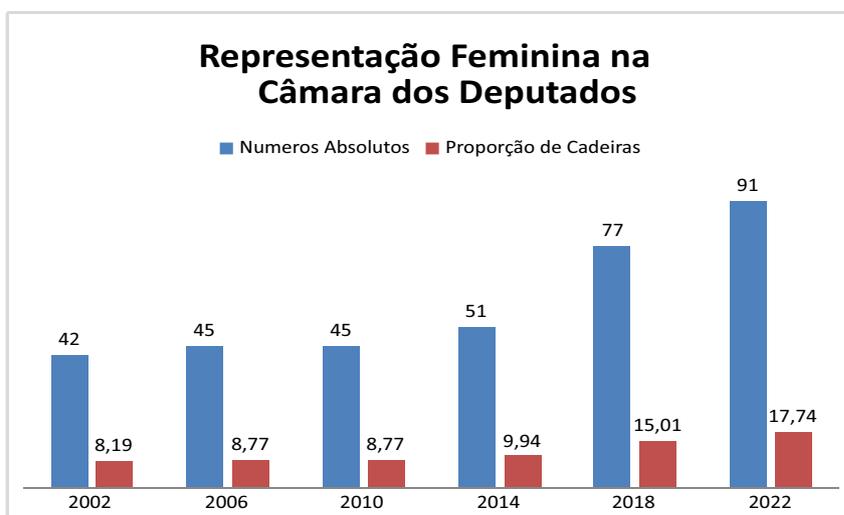
Isso só é possível porque o desenho institucional da representação no Brasil é algo *suis generis*. O Brasil é um país presidencialista, que elege o chefe do executivo de forma direta e o parlamento de forma indireta e dissociada da eleição do executivo. O colégio eleitoral para a votação dos cargos de deputado e vereador são os limites gerais da jurisdição, sem distribuição por distritos menores, e a quantidade de partidos políticos é exagerada.

Mesmo com os esforços de restringir as regras para fundação de partidos políticos, o Brasil teve, em 2024, 33 partidos registrados, dos quais 25 têm representação eleita no Congresso Nacional. Esse número já foi maior com 36 partidos registrados e 30 partidos com representação. Continuam sendo números insustentáveis do ponto de vista da governabilidade.

A justificativa para tamanha liberdade para instituir partidos é que a representação seria mais fácil de alcançar dando mais liberdade de associação partidária, mas o que ocorreu foi justamente o contrário. A maior fragmentação gera partidos de aluguel, partidos sem ideologia definida e missão clara, e uma

quantidade enorme de casuísmo que distorce a representação. Isso facilita para que setores organizados da sociedade colonizem os partidos fracos e consigam burlar o sistema partidário para impor agenda própria e desconectar a representação política da soberania popular. É comum que as pessoas não se identifiquem com seus representantes ou não saibam exatamente quais são as vantagens e desvantagens de se eleger um deputado, vereador ou senador.

A Câmara dos Deputados brasileira então tem 91 deputadas mulheres atualmente. No início deste século, eram 42. A política de cotas permitiu um crescimento de mulheres e outras pautas como a raça no Brasil, ainda que distantes da realidade e, se comparado a outros países, de forma ainda tímida. O que há de mais consistente representação no Congresso Brasileiro é a bancada do Agronegócio (oficialmente: Frente Parlamentar da Agropecuária), que tem na sua base 324 dos 513 Deputados e 50 dos 81 Senadores – são 2 de cada 3 parlamentares, ou cerca de 65% dos representantes – o que equivale a maioria qualificada dos representantes. Mas, em termos econômicos, a agropecuária representa 26% do PIB brasileiro, ou seja, equivale a 1 a cada 4 resultados econômicos que obtivemos.



Fonte: Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)); elaboração própria.

Os números brasileiros a respeito da representação feminina no Parlamento são apenas uma das várias distorções. O padrão brasileiro é equivalente ao do Oriente Médio: no Irã são cerca de 9,8% de mulheres nas cadeiras do Parlamento. Na Arábia Saudita, 19,8% das cadeiras são ocupadas por mulheres. Na Dinamarca, 40% do parlamento é composto por mulheres – ainda que seja uma proporção alta até mesmo para os padrões europeus que são de, em média, 26%. Entre outras coisas, o que explica essa e outras distorções do sistema político brasileiro é sua estrutura fragmentada de representação.

Além das mulheres, outras categorias sociais estão bastante sub-representadas. Algumas com visível debate público, como a questão racial. Mas, também, trabalhadores operários, trabalhadores rurais, operários, indígenas etc, têm sua representação comprometida por um sistema desordenado que favorece clientelismo e patrimonialismo eleitoral. Esse mandonismo não se equipara a qualquer sistema de representação dos modelos institucionais padrão. E, as justificativas que temos para manter esse processo histórico em funcionamento fogem a racionalidade política e favorece apenas o poder moderador não instituído de elites políticas e econômicas tradicionais.

Então, se o propósito de ter a fragmentação partidária para preservar a representação na sociedade brasileira, pelo contrário: a representação política no Brasil é concentrada em setores em que as elites são poderosas em termos de controle territorial e econômico. Além disso, o custo de manter a fragmentação compromete a governabilidade de forma cabal. Assim, tanto do ponto de vista da representação quanto do ponto de vista da governabilidade, o sistema político brasileiro é distorcido e merece revisão nos seus propósitos, reduzindo o número de partidos, mudando o desenho dos distritos e das eleições proporcionais e aumentando a governabilidade, de modo que a representação se torne mais próxima dos problemas reais do cotidiano brasileiro.

\* **Luís Fernando Vitagliano** é professor universitário, pesquisador e doutor em “Mudança Social e Participação Política” pela EACH/USP.

# AGRADECIMENTO



***A participação popular é a base da democracia. Meu sincero agradecimento a todos os servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, especialmente da CPP, pelo trabalho incansável para assegurar que a população tenha voz ativa nas discussões do PPAG. Também expresso minha gratidão aos colegas deputados da Comissão pelo compromisso e parceria.***

*Marquinho*



*Siga nosso mandato nas Redes para ficar por dentro do nosso trabalho por Minas Gerais.*

 MarquinhoDeputado

 MarquinhoDeputado

 **Dê um oi no whats:**  
**31 9979-8441**



Kits de irrigação

Fossas sépticas

RECULASUS  
HIDRILIN  
(IRRIGAÇÃO)

EXPRESSES PRA  
ABRIGURA BATERIA  
DE CERIAS E PIPA

CONSTRUÇAO fossos  
septicos com  
UREOL

BARRAZINHAS  
PAVIMENTAÇÃO  
MG 425

SANTAMENTO  
Rural.

Resíduos  
sólidos

RESÍDUOS  
Sólidos.

Caminhos  
Para a coleta

Água  
de  
resíduos  
líquidos

Água limpa

Água

“Mais do que números,  
a discussão participativa  
do PPA G promove  
transformações reais e  
contribui para melhorias  
significativas na qualidade  
de vida da população.”

  
DEPUTADO ESTADUAL  
**MARQUINHO  
LEMS**  
MAIS PRESENÇA E COMPROMISSO

#participaçãopopular

ARIZACAO  
ESTUDOS  
ADE/